

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.661 - DF  
(2018/0128875-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**JOSÉ CARLOS PIMENTEL - DF019702**  
**JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241**  
**BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192**  
**EMBARGADO : BERNADETE DE SOUZA MARTINS**  
**ADVOGADOS : KARINA BALDUINO LEITE - DF029451**  
**JOÃO LUCAS MIRANDA VERSIANI E OUTRO(S) - DF051870**  
**INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face da decisão acostada às fls. 844/847, e-STJ, da lavra deste signatário, que reconsiderou a decisão de fls. 811/814, e reconheceu de ofício a incompetência absoluta da Justiça Comum, determinando a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para o regular julgamento da lide, nos limites das suas atribuições.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 849/856, e-STJ) a embargante alegou omissão no *decisum* impugnado quanto a ser a competência da Justiça Comum, bem como ter a parte embargada alegado a competência da Justiça Trabalhista somente no agravo interno.

Impugnação apresentada

É o relatório. Decide-se.

**1.** A teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

De fato, **verifica-se a existência da omissão apontada.**

Em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef são da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário

de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção. 3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

Assim, considerando a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, **de ofício**, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo.

2. Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração para de ofício, reconhecer A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA da Justiça Comum para apreciação da presente ação, e determinar a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para o regular julgamento da lide, nos limites das suas atribuições.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator